

7

Natasha Hermida Pereira Castro da Silva
Arquivo Nacional

Clarissa Schmidt
Universidade Federal Fluminense

Margareth Silva
Universidade Federal Fluminense

A PARTICIPAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL NO PROJETO INTERPARES

O presente artigo é resultado de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, a qual pretende identificar a influência do Projeto InterPARES na produção científica arquivística brasileira.

O InterPARES é um projeto acadêmico de pesquisa desenvolvido pela Universidade de British Columbia-Canadá, de nível internacional, que estuda a preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos. Suas primeiras quatro fases foram coordenadas pela professora Luciana Duranti (InterPARES I de 1999-2001, InterPARES II de 2002-2007, InterPARES III de 2007-2012, InterPARES TRUST de 2013-2016) e, hoje, tem sua quinta fase coordenada pela pesquisadora Corinne Rogers (InterPARES Trust AI 2021-2026).

O InterPARES I teve como objeto os documentos arquivísticos digitais "tradicionais", ou seja, abordou a preservação da autenticidade dos documentos arquivísticos produzidos e/ou mantidos em bases de dados e sistemas de gestão de documentos, no curso das atividades das organizações. Os resultados desta pesquisa podem ser encontrados no livro *The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project*. Por sua vez, o InterPARES II teve como foco os documentos arquivísticos produzidos em ambientes complexos, por sistemas interativos, dinâmicos e experienciais, no curso de atividades artísticas, científicas e de governo. Além das questões relativas à autenticidade, o projeto tratou da confiabilidade e acurácia dos documentos, envolvendo todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a destinação final. Os resultados desta pesquisa foram publicados no livro *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records*. Já o InterPARES III teve como objetivo testar a teoria e a metodologia de preservação digital produzidas nas duas fases anteriores. Foram publicados diversos relatórios sobre os estudos de caso de aplicação das metodologias definidas nos projetos anteriores. Assim, com

o propósito de desenvolver o conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos, o projeto InterPARES, a partir dos estudos desenvolvidos, elaborou os seguintes produtos: base de dados de terminologia: dicionário, glossário e ontologias; requisitos para apoiar a presunção de autenticidade dos documentos digitais (*Benchmark*); requisitos para apoiar a produção de cópias autênticas de documentos digitais (*Baseline*); princípios para conduzir as políticas, normas e estratégias de preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos; diretrizes do produtor – a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos; diretrizes do preservador – a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações; e modelo para análise diplomática dos documentos arquivísticos digitais. O InterPARES Trust (4) explorou questões sobre confiança e credibilidade dos documentos digitais em ambientes on-line, produziu uma série de artigos, relatórios, livros, capítulos de livros e diversos eventos sobre o tema. Seu maior destaque foi a publicação do livro *Trusting Records in the Cloud: the creation, management and preservation of trustworthy digital content*. Por fim, a etapa atual do projeto InterPARES – o InterPARES AI, tem como objetivo desenvolver e impulsionar o uso da inteligência artificial para apoiar a disponibilidade e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais dotados de credibilidade.

Ao longo de sua trajetória, o projeto dispôs majoritariamente da contribuição de instituições universitárias de diversos países, colocando a participação do Arquivo Nacional do Brasil em destaque por ser uma instituição arquivística. Destaca-se que a partir da inclusão do Arquivo Nacional no referido projeto, a instituição passou a ter maior destaque para solucionar problemas práticos e teóricos envolvendo a temática de documentos arquivísticos digitais. É importante ressaltar que produções técnicas científicas como o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados da Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) – Versão 1 e 2, as Diretrizes para a Implementação

de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq, as Diretrizes do produtor e do preservador, a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, as Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, as Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo e o Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais, foram produzidos com base nos estudos do projeto InterPARES. Além dessas, há também as Recomendações para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, as Recomendações para elaboração de política de preservação digital e as Recomendações para o tratamento de fotografias digitais no contexto da gestão de documentos.

Mediante o cenário apresentado, teve-se a curiosidade de investigar como se deu o envolvimento do Arquivo Nacional brasileiro no Projeto InterPARES. Especificamente, busca-se conhecer os primeiros passos dados pelo Arquivo Nacional para integrar o projeto, verificar se os resultados propostos pelo Arquivo Nacional foram alcançados e saber perspectivas futuras dessa parceria. Para isso, estabeleceu-se a entrevista como a estratégia metodológica mais adequada para a realização deste artigo.

A entrevista é uma ferramenta própria da metodologia de pesquisa qualitativa que possibilita avaliar, qualificar e explorar as narrativas dos entrevistados de acordo com a problemática vigente. Neste artigo, a coleta de dados se deu a partir da entrevista sistematizada e com um roteiro previamente estabelecido de acordo com a problemática central, qual seja, como se deu a participação do Arquivo Nacional no projeto InterPARES. Assim sendo, elegeu-se a profissional Claudia Lacombe como entrevistada devido ao fato dela ser especialista do Arquivo Nacional desde 1988 e pesquisadora do Projeto InterPARES desde 2007. Além disso, coordenou o Programa Permanente de preservação e Acesso a Documentos Digitais do Arquivo Nacional – AN Digital e foi Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos de 2004

a 2020. Justifica-se, ainda, a escolha da entrevistada pois, na terceira fase do projeto (2007-2012), Claudia Lacombe foi diretora da equipe brasileira. É importante esclarecer que, ao fazer a entrevista, conheceu-se uma parcela da experiência científica e profissional adquirida pela entrevistada durante todo o seu pensar e fazer arquivístico.

A ENTREVISTA

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista contando com uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles: a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados ou o roteiro da entrevista [...] deve-se ter em mente que nenhum dos elementos “faz sentido” separado da totalidade. Cada um está em “relação” a um outro [...] a entrevista, como qualquer outro instrumento está submetido aos cânones do método científico, um dos quais é a busca da objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real sem contaminações indesejáveis, nem da parte do pesquisador, nem de fatores externos que possam modificar aquele real original.

Se o método da entrevista proporciona, de um lado, contato direto entre o entrevistador e seu entrevistado, buscando a obtenção de informações e elementos de reflexão ricos e matizados, de outro, exige que espírito do entrevistador permaneça atento, de modo que suas intervenções proporcionam reações que tragam elementos de análise os mais lucrativos possíveis para a entrevista.

A entrevista realizada foi do tipo semiestruturada, muito utilizada em investigação social. É semiestruturada por não ser inteiramente aberta, nem conter muitas perguntas precisas, mas sim conter perguntas guia sem importar a ordem que são feitas (Quivy; Campenhoudt, 2003, p. 192).

O que caracteriza o tipo de entrevista semiestruturada é o controle do processo mantido pelo pesquisador. A entrevista semiestruturada relaciona-se de maneira geral com a entrevista clínica, pois é orientada para resposta, ou seja, o investigador em questão "por questões ou hipótese de investigação, tenta suscitar à medida que as entrevistas se desenrolam a revelação que lhe permita testar as hipóteses que formulou" (Lessard-Hébert; Goyette; Boutin, 1994, p. 164).

Assim, foi entrevistada Claudia Lacombe, profissional do Arquivo Nacional que participa do projeto InterPARES até os dias atuais. É importante esclarecer que, ao fazer a entrevista, conheceu-se uma parcela da experiência científica e profissional adquirida pela entrevistada durante todo o seu pensar e fazer arquivístico.

A entrevista foi realizada mediante agendamento na parte da tarde, no dia 14 de abril de 2023, às duas horas, de maneira online na sala de trabalho da entrevistada.

Para a gravação da entrevista, foi utilizado um gravador de capacidade ilimitada. A entrevista foi encerrada às 14h50 min, tendo durado, portanto, por volta de cinquenta minutos. A entrevista foi realizada com o cotidiano do setor em suas atividades rotineiras.

A entrevista foi formulada e executada com o propósito de analisar a relação entre as atividades de pesquisa do projeto InterPARES e as rotinas de trabalho, do Arquivo Nacional, voltadas para a temática dos documentos arquivísticos digitais. Claudia Lacombe se propôs a elucidar aspectos relevantes a fim de contribuir para a pesquisa em questão.

Quando solicitada de uma pequena apresentação profissional no Arquivo Nacional, Lacombe destacou:

O Arquivo Nacional foi o meu primeiro emprego. Logo que me formei, teve uma prova para admissão aqui para o Arquivo e, então, eu entrei para cá e aqui eu fiz a minha carreira toda. Eu tinha acabado de me formar em História. Eu comecei a cursar História junto com Engenharia. Depois de dois anos cursando as duas eu desisti da Engenharia e resolvi terminar a faculdade de História. Foi, assim, uma decisão difícil, ninguém me apoiou, mas eu segui em frente. Então, logo que eu me formei eu fiz a prova, porque todos os meus estágios foram na área de arquivo. Eu fiz História, mas os estágios foram sempre trabalhando com arquivos. Nisso eu me formei, teve a prova para cá e fui trabalhar na área de documentação permanente. Logo que eu entrei eu resolvi voltar para a área de Tecnologia, e fui fazer um curso de especialização em Tecnologia da Informação, de Analista de Sistemas na PUC. Era um curso bem-conceituado. Eu consegui entrar para essa especialização porque eu era formada em História e tinha todo o básico da Engenharia. Eu apresentei o meu histórico da Engenharia e eles me aceitaram no curso de análise de sistemas. Então, eu fiquei trabalhando aqui no Arquivo e fazendo o curso, que era noturno. Quando eu terminei o curso, eu quis mudar de área para trabalhar na área de Tecnologia de Informação aqui no Arquivo Nacional, mas não consegui porque era uma área recém-formada com cinco profissionais e o meu chefe queria que eu continuasse trabalhando na área de documentação permanente. Até que os profissionais de TI foram saindo e dos cinco só ficaram dois. Então, finalmente o meu chefe teve que me ceder para a área de TI. Então, eu fui para lá e fiquei dez anos trabalhando no desenvolvimento de sistemas. A gente implantou a primeira rede aqui do Arquivo Nacional, foi estruturando toda a área de Tecnologia de Informação, desenvolvemos vários sistemas para Instrumentos de Pesquisa. Naquela época, não existia ainda a Norma Internacional de Descrição ISAD(G). Então, cada fundo era tratado de uma forma diferente e a gente fazia um sistema para cada fundo.

Naquela época, a gente já estava pensando em desenvolver um sistema único que desse conta dessa descrição. Até que, a ISAD(G) foi publicada com descrição multinível e foi justamente na época que eu saí de licença maternidade e licença prêmio. Fiquei quase um ano fora do Arquivo. Nesse período, o Arquivo Nacional acabou desenvolvendo o SIAN com base na ISAD(G) e, a partir daí, a área de TI mudou bastante. Quando eu voltei para o Arquivo Nacional, da minha licença, foi uma época que o Arquivo estava bastante parado e eu fui fazer o meu mestrado em Informática e recebi também o convite para trabalhar fora do Arquivo. Pedi uma licença sem vencimentos do Arquivo Nacional e fui fazer um trabalho no Estado, que estava desenvolvendo uma ferramenta de geoprocessamento para as delegacias de polícia. Eu me inseri nesse grupo que estava desenvolveu essa ferramenta. Fiquei quase dois anos fora do Arquivo. Fiz o mestrado e fiquei fazendo esse trabalho fora. Quando eu retornei, o Diretor do Arquivo, nesse momento era o Jaime, que tinha sido o meu chefe na área de documentação permanente, me perguntou assim: você quer voltar para a área de TI ou você quer voltar a trabalhar na área finalística? Aí, eu respondi: depende. O que eu vou fazer na área finalística? Ele falou assim: Estou criando um grupo para trabalhar com documentos arquivísticos digitais.

A partir desse cenário, a entrevistada foi questionada sobre como a temática dos documentos arquivísticos digitais foi inserida na agenda do Arquivo Nacional.

A preocupação de documentos digitais no Arquivo Nacional, ela começa devagar. Havia uma pessoa pensando, que era o Carlos Ditadi e já tinha algumas iniciativas. O Conarq, em 1996, criou uma Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Naquela época, era a terminologia utilizada (documentos eletrônicos) e tinham algumas discussões, mas o Arquivo mesmo não estava ainda tratando os documentos digitais como uma atividade rotineira ou não tinha uma preocupação com a gestão e a preservação dos documentos digitais na instituição Arquivo Nacional. Essas iniciativas e preocupações, em

1996, se davam no âmbito do Conarq e, é nesse momento, em 2003, que o Jaime fez uma grande reestruturação no Arquivo Nacional, criou áreas novas e criou um grupo para estudar e tratar os documentos arquivísticos digitais no Arquivo Nacional. O grupo, na verdade, era uma dupla: Eu e o Carlos Ditadi. Como o Carlos estava trabalhando com isso, nesse momento ele (o Jaime) me fez esse convite. Aí, eu falei: Olha, eu não sei nada do documento arquivístico digital. Eu nunca estudei o assunto, mas eu conheço de documento arquivístico, tenho experiência porque já trabalhei com isso, entendo de informática e de informática aplicada nos arquivos, pois afinal a minha experiência em informática foi toda no Arquivo Nacional... Então, eu aceitei o desafio, mas tive que aprender tudo do zero. O Carlos já estava mais inserido nessa discussão, conhecia algumas iniciativas e ele foi assim me passando uma bibliografia. Esse grupo foi alocado na então Coordenação Geral de Gestão de Documentos, que era a área que tratava de gestão de documentos. Nessa reestruturação, o Jaime também transferiu a Margareth Silva para essa Coordenação, mas para trabalhar na área de gestão de documentos. Inicialmente, o pedido era que a Margareth trabalhasse com a equipe de gestão e com desenvolvimento de Código de Classificação e orientação aos órgãos e tal. Eu já tinha trabalhado com a Margareth, quando eu entrei no Arquivo em 1988. Nós entramos juntas e trabalhamos juntas, naqueles anos iniciais. A gente tinha uma boa interação e aí começamos a estudar. Ela começou a se interessar pelo tema e acabou se mudando, a gente acabou trabalhando juntas. O Carlos e, principalmente, eu e a Margareth tínhamos uma interação muito boa. Aí, a gente começou a estudar as principais iniciativas e fomos indicados para trabalhar na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq. Nessa época, também, eu fui, por indicação do Jaime, indicada para assumir a presidência da CTDE. Quem era presidente era a Rosely Rondinelli e ela pediu para sair da presidência e então teve uma nova eleição, e aí o Jaime me pediu para colocar o meu nome e eu fui eleita a presidente. Nesse momento, eu já tinha estudado alguma coisa e fui juntando as coisas. Na verdade, a gente aproveita tudo que aprende na vida.

Eu nunca me esqueci... Uma vez, o meu primo me passou e eu não guardei esse texto... Eu me arrependo. Era um discurso do Steve Jobs para uma turma que estava se formando na área de informática, ele era patrono, o tema era "Juntando os pontos" e ele falava justamente isso: que, às vezes, na vida a gente estuda coisas que a princípio parece que não tem nada a ver com a outra. Quando eu fiz vestibular, voltando para a minha carreira, eu fiz História e Engenharia. As pessoas falavam que uma coisa não tem nada a ver com a outra... Na metade da Engenharia, fui para informática. Nesse momento no AN, foi um momento que eu estava juntando os pontos. Que era o que o Steve Jobs falava nesse discurso, que foi uma coisa que me marcou muito. E é isso, você em algum momento da vida junta os seus conhecimentos e dá um salto para frente. Acabou que nesse momento, as nossas atividades ficaram muito mais voltadas para a CTDE. A gente estudava muito em grupo e aí começamos a ler sobre todos os projetos de pesquisa para ver o que estava acontecendo no cenário internacional para a gente se atualizar e foi assim que tivemos o primeiro contato com o Projeto InterPARES. O Conarq demandava muitos trabalhos e por isso, também, nossos primeiros trabalhos foram pelo Conarq. Vamos dizer assim, era o Arquivo Nacional trabalhando para a CTDE. Esses trabalhos foram as primeiras Resoluções do Conarq que falam sobre a gestão de documentos eletrônicos que tem que ser feita no contexto da gestão de documentos como um todo no órgão, com documentos eletrônicos e não eletrônicos; a Carta de Preservação; que foi um trabalho que serviu de instrumento político até para a gente sensibilizar os órgãos do governo sobre a importância da gestão de documentos digitais, sobre algumas iniciativas que precisavam ser realizadas com relação a normas e padrões. A nossa participação em algumas ações do Governo Eletrônico que justificamos também por esse conceito da Carta. O Jaime fez um pedido especial, porque naquela época, estava sendo publicado o Moreq da União Europeia. Ele nos perguntou se cabia adotar o Moreq ou se era mais adequado fazer algum modelo de requisitos. Nós estudamos o Moreq e outras iniciativas similares também que estavam

sendo publicadas como o Padrão DOD, dos Estados Unidos e um outro modelo de requisitos que deu origem ao Moreq, o Modelo de Requisitos do Reino Unido. A gente estudou e entendeu que o Moreq é um instrumento muito bem estruturado, mas que tinha alguns detalhes que não se adaptavam às nossas práticas de gestão de documentos que eram realizadas no Brasil, e que precisaria fazer algumas adaptações. Então, nós optamos por fazer uma norma bastante inspirada no Moreq, mas que fosse adaptada à prática brasileira, à legislação arquivística brasileira. E incluímos alguns aspectos que constavam da Norma DOD. Na época, houve uma crítica que nós só havíamos traduzido o Moreq, mas não. Nós não tínhamos apenas traduzido o Moreq, nós fizemos uma adaptação do Moreq para o contexto brasileiro.

Mediante esse contexto, como vocês se envolveram com os estudos do Projeto InterPARES?

Então, a gente estava trabalhando muito para a CTDE. Em paralelo, começamos com algumas iniciativas junto ao Ministério do Planejamento, com iniciativas do Governo Eletrônico. O Jaime fez algumas negociações junto ao Ministério para a participação do Arquivo. Eu e Margareth fomos bater na porta do e-ping, para falar da importância do Arquivo Nacional para a definição desses padrões e, aí a gente também começou a trabalhar as iniciativas do governo eletrônico puxando sempre para a questão da gestão de documentos digitais. E aí, no final de 2004, teve um Seminário Internacional de Preservação e Gestão, em Cuba, e a gente se inscreveu para apresentar a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, que aliás, foi um trabalho que recebeu um prêmio da Unesco e foi traduzido e publicado em inglês, francês e espanhol. A gente inscreveu dois trabalhos, eu ia apresentar a Carta e a Margareth outro. Ela foi apresentar toda essa questão do trabalho que estávamos fazendo de adaptação do Moreq. Chegamos a Cuba em um Seminário sobre preservação de documentos arquivísticos digitais, é claro estava lá professora Luciana Duranti, convidada de honra, a grande estrela

do evento. Ela apresentou o Projeto InterPARES e uma das arquivistas cubanas perguntou por que esse projeto internacional que tinha gente de todo os continentes não tinha ninguém da América Latina? Ela respondeu que cada país que paga a sua participação e ela entendeu que esses países não tinham dinheiro para bancar a sua participação. Era uma época que os documentos digitais ainda não estavam assim tão disseminados. E estava lá também um representante da Unesco, e ele imediatamente se prontificou a bancar o projeto para envolver a participação de cinco países da América Latina no Projeto InterPARES. Nesse momento, a Luciana escreveu o projeto e formou um grupo que ficou chamado de InterPARES Dissemination CLAID Team, que é um acrônimo de Caribbean and Latin America Dissemination Team, que era a equipe de disseminação do InterPARES no Caribe e na América Latina. Com isso, a UNESCO bancou a participação de um representante de cinco países dessa região e esses representantes iriam participar de dois workshops em UBC, para aprender sobre o projeto e participar das próximas reuniões do projeto. A Luciana convidou, então, os países que estavam nesse evento de Cuba, foi um representante Cuba, México, Peru, Argentina e Brasil. Cuba foi a Arien González Crespo, México foi a Alicia Barnard Amozorrutia, Perú a Aída Luz Mendoza Navarro, Argentina a Ana Szlejcher. Para o Brasil ela me convidou (eu estava lá na reunião), mas pensei que a Rosely estuda isso há muito mais tempo do que eu, conhece o projeto, já tinha uma interação muita grande com Luciana e seria melhor chamar a Rosely, que ela representa melhor o Brasil. Aí, ela convidou a Rosely que, respondeu que a Claudia entende mais de tecnologia e ficamos nesse jogo... Aí, nós resolvemos entre nós duas que quem iria representar o Brasil seria a Rosely. Na primeira reunião a Luciana ofereceu para eu participar também do primeiro workshop. Então, acabamos indo as duas. No projeto, cada país tinha uma cota para pagar algumas despesas específicas, com isso a verba do Brasil pagou a participação da segunda pessoa. Então fomos nós duas, o que foi muito bom. A Luciana gostou porque os outros países todos eram de língua

espanhola e assim tivemos duas representantes de língua portuguesa. O primeiro workshop foi em novembro, foram 15 dias lá em UBC. Foi bastante intenso, pois era o dia inteiro com pesquisadores do InterPARES e eles passando aqueles estudos que estavam sendo feitos, com muito material para ler e estudar e com muitas dúvidas. Voltamos com mais material para ler, estudamos, e em fevereiro nós voltamos para mais 15 dias de workshop. Participamos da reunião plenária do Projeto InterPARES e aí nós tínhamos uma missão, que era fazer a disseminação do projeto nos países de língua espanhola e portuguesa na América Latina. A partir daí, a gente fez a disseminação, participamos de alguns eventos no Brasil em universidades, em Brasília e no Rio, e comecei a ser chamada para falar nos países de língua espanhola. Apesar de ter quatro nativas da língua espanhola, mas aí também fizemos algumas disseminações em países de língua espanhola aqui na América Latina. E depois participamos da última reunião plenária do Projeto InterPARES II, que foi em Los Angeles, que já não foi todo mundo. Fomos só eu e Ana. E acabou o InterPARES II. O InterPARES III foi organizado de uma forma diferente. O InterPARES II era organizado por domínio (assunto). No InterPARES III, a Luciana organizou as equipes por país, com o objetivo de testar todo o conhecimento produzido, nas duas primeiras fases, em instituições de menor porte e com menos recursos e ver como que isso funcionaria. Com isso, ela chamou os países da América Latina também para participar. E dos cinco, os que tivemos disponibilidade para participar foram o Brasil e o México. A gente estava aqui no Arquivo Nacional, o que facilitava porque o Diretor do Arquivo Nacional teve grande interesse na nossa participação. E ainda tinha isso, porque para participar do projeto tínhamos que estar presentes nas reuniões plenárias. Como não tínhamos mais aquele financiamento da Unesco, agora cada país que teria que arcar com as custas do seu representante. O Jaime entendeu que seria importante para o aprendizado e para a formação dessa equipe nossa participação no projeto. Porque nesse momento nós já tínhamos avançado, já estávamos começando a orientar alguns órgãos com relação a gestão

de documentos digitais, a identificar os seus documentos e ele achou que a nossa participação no projeto ia ser muito importante para a gente aprender, podia ser uma experiência muito válida. E realmente foi. O apoio do Jaime foi fundamental, ele bancou a participação, fui a todas as reuniões plenárias apresentar trabalho com as discussões do que a gente fazia aqui. E, ainda, o apoio do Arquivo Nacional na nossa participação no Brasil. Nós desenvolvemos nove estudos de caso, que a maior parte estava centrada no eixo Rio/Brasília, mas também teve estudo em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A gente tinha reuniões nacionais, porque nós formamos uma equipe nacional com pesquisadores das instituições e aí, tinha reunião no Rio, em Campinas, em Brasília. O Arquivo Nacional bancou essa participação, inclusive dos outros pesquisadores do Arquivo Nacional. A nossa equipe já tinha crescido, agora éramos eu, Carlos, Margareth e Brenda Rocco. Todos se envolveram com os estudos do InterPARES. Fizemos muitos eventos de disseminação, reunião de trabalho dos estudos de caso. Então, a gente aprendeu muito! Foi realmente muito válido. O Arquivo Nacional fez realmente um investimento.

Após esse encontro com a Luciana Duranti, em quais fases do projeto InterPARES o Arquivo Nacional teve a oportunidade de participar?

Desde então a gente tem participado de todos. No InterPARES III, a gente participou como Team Brasil, que foi organizado por país, e eu era a Diretora do Team, onde eu coordenei todo esse trabalho e a gente fez esses estudos de caso. Todos os servidores do Arquivo Nacional que trabalhavam na equipe de documentos digitais tinham uma dedicação para o projeto. Nove estudos de caso, não foi um trabalho fácil. Fomos um dos países que mais desenvolveu estudos de caso. Primeiro foi o Teams Estados Unidos e Canadá, que esse não dá para competir porque era o grupo da Luciana, e o Team Itália, que ela também tinha grande influência porque ela é italiana e tinha uma diretora muito boa. Depois desses, o Team Brasil foi a equipe que mais fez estudos

de caso. Detalhe, que fizemos estudos bem diversificados, com espécies documentais bem diferentes. E foi muito legal, porque a gente fazia o trabalho aqui, discutia com a equipe e eu levava para as reuniões internacionais. Então, todas as dúvidas nós levamos para lá e discutíamos, e eu voltava com muitas ideias. Foi uma troca muito grande, que agregou muito nesse processo. Esse foi o InterPARES III. Depois, no InterPARES IV, ele foi organizado por continente. Cada equipe era de um continente. Então, a gente tinha um Team América Latina que era dirigido pelo México. Luciana até tinha me convidado para dirigir, mas aí o Arquivo Nacional já estava com muitas iniciativas de documentos digitais e eu supervisionava a equipe e não dava para assumir tudo isso. Então, quem assumiu a Direção do Team América Latina foi o México, mas a gente trabalhou muito em conjunto. Nesse momento, a gente se propôs a fazer apenas um estudo de caso, que foi feito no sistema Sigep, um sistema de gestão de pessoas do governo federal. O InterPARES IV era voltado para os sistemas informatizados, na internet, de mídias sociais, uso de nuvem e nuvem de governo. A gente identificou que o Sigep funcionava em uma nuvem de governo. Porque ele é uma nuvem privada que era só para o governo, os dados estavam ali e os órgãos não tinham a custódia daqueles documentos que estão lá. Então, levantamos uma série de questões na época, mas infelizmente a gente não conseguiu depois o retorno do Ministério do Planejamento, com relação a essas questões que foram levantadas. Agora a gente está no InterPARES V, que é sobre inteligência artificial. Aí, nesse momento, realmente a nossa participação está bastante... Como eu posso dizer? Pequena. É uma participação bem discreta, por várias questões. Agora não temos o apoio da Direção que a gente tinha. Então não posso me envolver como eu me envolvia e me dedicava daquela forma, não tem como mais participar das reuniões internacionais. Tanto no InterPARES III como no InterPARES IV, nós íamos nas reuniões internacionais, organizamos o Simpósio do InterPARES e aí, nesse momento, sem o apoio da Direção não se consegue ter a mesma participação. Tem mais duas pesquisadoras do Arquivo inscritas, mas cada uma está meio que fazendo

uma participação de forma isolada. A Rosely Rondinelli continua participando, ela não é do Arquivo, ela participa do projeto como representante do ITS – Instituto de Tecnologia e Sociedade. A gente está participando do estudo de terminologia, o Brasil sempre teve uma participação grande nessa parte de tradução da terminologia. Nós somos as representantes desse estudo de terminologia no Brasil. Colaboramos com um estudo sobre o uso da inteligência artificial para a preservação e agora estamos começando um outro estudo. O primeiro foi coordenado por um professor da Croácia e agora esse segundo será um estudo sobre a inteligência artificial nas atividades de avaliação. Na verdade, é um estudo para avaliar o grau de maturidade das instituições para usar a inteligência artificial nas atividades de avaliação. Ainda está sendo estruturado, então a gente vai aplicar o questionário em várias instituições e depois analisar as informações que foram recolhidas. É coordenado por uma professora da Suíça, a Basma Makhoul-Shabou. Ela aplicou essa metodologia na Suíça para fazer essa avaliação do grau de maturidade das instituições no uso da IA em atividades de avaliação. Agora ela está querendo estender para o contexto internacional. A gente vai colaborar com esse estudo também.

A partir desse novo cenário, na sua opinião quais são as novas perspectivas de trabalho entre o Arquivo Nacional e o Projeto InterPARES?

Eu fico um pouco triste com a atual situação do Arquivo Nacional, porque eu vejo que todo aquele movimento que a gente teve de documentos digitais está um pouco diminuído. A equipe que foi formada foi dispersa, muitas saíram do Arquivo e outras do setor. Eu tenho esperança de voltar para lá antes de me aposentar, porque eu entendo que toda a equipe de gestão de documentos precisa ser treinada, porque o futuro é esse. Então, todo mundo tinha que estar capacitado. Por isso que não dá para ser duas ou três pessoas, porque depois essas pessoas saem e o investimento é perdido. Depois de todo esse investimento, se perde! Foi um investimento de anos, quase vinte anos de investimento, de crescimento e a gente perder isso

tudo. Eu espero que a gente consiga retomar o trabalho e possa passar adiante, com um grupo que possa assumir essa atividade e manter esse contato internacional, porque a gente aprende demais. É claro que sempre estamos lendo e acompanhando o que está acontecendo, os projetos [...], mas esse contato, essa troca, é muito importante. Agora em julho tem uma servidora que vai fazer um curso do InterPARES - InterPARES Summer School, que vai acontecer na Itália. Conseguimos a aceitação de uma servidora, eram trinta vagas para o mundo todo. Tiveram muitos pedidos e o Brasil conseguiu uma vaga e eu acho que isso significa alguma coisa. Isso mostra que a Luciana reconhece o trabalho que foi feito. Precisamos investir mais nisso, espero que a gente continue mandando pessoas para esses eventos, para continuar e retomar todas as atividades que começamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar, por meio da coleta de dados por entrevista semiestruturada, como se estabeleceu a relação entre o Projeto InterPARES e o Arquivo Nacional Brasileiro. Pode-se perceber que dessa relação, primeiramente, teve-se que entender como a temática de documentos arquivísticos digitais foi inserida na agenda da instituição.

Uma vez que os órgãos e entidades, do Poder Executivo federal, precisavam atender às demandas do Governo Eletrônico começou a se ter uma grande produção de documentos digitais, e viu-se a necessidade de se ter profissionais especializados em gestão de documentos arquivísticos digitais para tratarem desses documentos.

Para atender essa nova demanda, o Arquivo Nacional teve que contar com a pluralidade e diversidade de capacitação dos seus servidores. Como foi o caso da entrevistada, Claudia Lacombe, que além da sua formação em História e Engenharia, também se formou como Analista de Sistemas.

Apesar de todo esse preparo profissional, pode-se ver no decorrer de toda a fala da entrevistada a relevância dos estudos em sua carreira e de se manter atualizada e para os desafios futuros da área.

REFERÊNCIAS

DURANTI, L. **Registros documentais contemporâneos como prova de ação.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, 1994.

DURANTI, L. **InterPARES Book 1 - Introduction. 2001.** Disponível em: https://www.interpares.org/book/interpares_book_c_intro.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

QUVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2003.